

Mestre em Estudos da
Linguagem.
Doutoranda em
Linguística Aplicada,
com apoio FAPESP
Departamento de
Linguística Aplicada,
Instituto de Estudos da
Linguagem,
Universidade Estadual
de Campinas (DLA/
IEL/UNICAMP)
E-mails:
adsnetto@hotmail.com e
angelanetto@uncnet.br

“ESTILHAÇOS”: a construção da subjetividade ⁽¹⁾

“ESTILHAÇOS”: the construction of subjectivity

Angela Derlise Stübe Netto*

Correspondência:
Address:
Estrada da Rhodia
5555, sobrado 60
Bairro Barão Geraldo
Campinas (SP)
CEP 13085-000
E-mail:
adsnetto@hotmail.com

Resumo

Neste texto, refletimos sobre formas de subjetivação a partir de discussões suscitadas por Michel Foucault, com ênfase nos efeitos de laço produzidos pelas classificações sobre/dos sujeitos. Analisamos alguns recortes discursivos, coletados através de entrevistas realizadas com professores de língua portuguesa em contextos de imigração alemã e italiana, no oeste catarinense, para problematizarmos como o nomear – visto como uma classificação – assinala uma filiação à qual o sujeito pertence e na qual se inscreve.

Abstract

In this text, we reflect on forms of subjectivity based on the discussions raised by Michel Foucault, emphasizing the effects of ties produced by the classifications about/of the subjects. We analyze some sections of discourses, collected through interviews with Portuguese teachers in contexts of German and Italian immigration, in the West of the State of Santa Catarina, in order to investigate how naming – seen as a classification – signals an affiliation to which the subject belongs and in which he/she is inscribed.

Palavras-chave

Formação de professores; Subjetividade, Identidade, Poder-saber.

Artigo recebido em:
03/04/2006
Artigo aprovado em:
20/10/2006

Keywords

Teaching education, Subjectivity, Identity, Power-knowledge.

Introdução

A questão do sujeito configura-se, na atualidade, como um tema polêmico abordado nos meios acadêmicos. Nos campos da Psicologia, da Filosofia, da Sociologia, dos Estudos da Linguagem discussões acerca de conceitos como pessoa, *self*, identidade, subjetividade e sujeito vêm movimentando a produção teórica. São diversas as noções tomadas pelas múltiplas vertentes teóricas, estando longe um possível consenso sobre o que é o sujeito, quais características o definem e o diferenciam.

Neste texto, procuramos discutir a noção de formas de subjetivação – imbricada com a de sujeito - a partir de discussões suscitadas por Michel Foucault. Costumeiramente, classifica-se a obra de Foucault em três grandes campos de investigação: na década de 60, textos arqueológicos que têm por tema o saber, os modos como se produz a objetivação dos sujeitos; textos genealógicos, nos anos 70, tematizando a articulação poder e saber; e, por fim, textos da ética e da estética da existência, preocupados com a questão do sujeito, da governamentalidade e das técnicas de si (GREGOLIN, 2004).

Os seus estudos, poderíamos afirmar, têm como ponto de convergência uma preocupação com a verdade e, por conseguinte, com o sujeito, já que, segundo o próprio autor, procurou produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano na cultura (FOUCAULT, 1982). Para isso, busca compreender as instâncias de produção discursiva, de produção de poder e de saber dos discursos, para “fazer a história dessas instâncias e de suas transformações” (FOUCAULT, 1988, p.17). Ao longo de sua obra, analisa a história dos sistemas de pensamento, em especial, aquela relativa aos princípios de verdade que opõe os discursos considerados verdadeiros àqueles rejeitados como falsos, bem como a formação efetiva destes discursos, ao fato de acontecerem como que por acaso, em determinado momento da história.

Sua perspectiva segue os movimentos da desestabilização que atravessa o próprio sujeito, sua iterabilidade, a alteridade, o jogo entre unidade e dispersão. Nessa perspectiva, “o sujeito não deve ser entendido nem como um universal, nem como um indivíduo, mas antes, como uma multiplicidade virtual” (DOEL, 2001, p. 97), pois “tudo é fluxo, fluir, devir” (DOEL, 2001, p.91).

A partir dessas considerações iniciais sobre a obra foucaultiana, neste texto, apresentamos a noção de formas de subjetivação em sua relação com os efeitos de laço produzidos pelas classificações sobre/dos sujeitos. Em seguida, analisamos, de forma breve, uma seqüência discursiva de nosso *corpus* de pesquisa. Esse *Corpus* foi coletado através de entrevistas realizadas com professores de língua portuguesa em contextos de imigração alemã e italiana, no oeste catarinense (constituí o material de análise de nossa pesquisa de doutoramento, ainda em curso, intitulada “Língua(gem) e identidade: o sujeito se (re)vela”). Na interpretação desse *corpus* partimos da hipótese de que os gestos designativos sobre si e sobre a sua língua podem, também, gerar efeitos de laços para os sujeitos, tal como as classificações propostas por Hacking (2002), que analisaremos a seguir.

Formas de subjetivação: o devir do sujeito

Foucault, ao longo de sua obra, efetua uma genealogia da subjetividade, na qual analisa os processos de subjetivação, que remetem à circunstancialidade, nunca a essências, desenhando uma subjetividade em movimento e continuamente produzida. A produção dessas formas de subjetivação se dá pela constituição de (mesmas/outras) discursividades que se instauram pelos/nos/por/sobre os sujeitos: sob a aparência da “interdição, inexistência e mutismo” (FOUCAULT, 1988, p. 10), do silenciamento e da interdição, há uma função normalizadora dos lugares e modos em que esses discursos podem circular. Instauram-se, assim, regimes de verdade.

A noção de discursivização da vida cotidiana, ou seja, o fato de pôr a vida em discurso, desenvolvida por Foucault, sustenta, conforme Maria Rita Khel (2001, p. 62), o “imperativo de tudo dizer ao Outro, a algum Outro suposto capaz de colocar ordem na fragmentação e na dispersão das identificações que compõem o frágil revestimento imaginário do ‘eu’ na modernidade”. Necessidade de tudo colocar em discurso⁽²⁾, o que alimenta a rede capilar de poder-saber.

Neste ponto, podemos fazer uma aproximação da noção de produções de verdade com a configuração de lugares para os sujeitos, via

discursivizações instauradas por relações de poder-saber. Na obra *Microfísica do poder*, Foucault (1995, p. 07) problematiza a noção de ideologia, afirmando que “ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade”. Desloca, então, essa noção de sua concepção marxista (mais difundida e, portanto, mais arraigada em um saber legitimado), para a problemática da produção de verdades, instauradas por relações de poder-saber, em que o poder é tido como uma rede produtiva que atravessa toda a sociedade, que “permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1995, p. 08).

Nos jogos de verdade, através de um exame de si mesmo, a relação do sujeito com as práticas discursivas confere a ele a possibilidade de uma “identidade”, possibilidade de se dizer em um grupo e em uma época. Para o autor, a questão é ver como, historicamente, efeitos de verdade são produzidos no interior de discursos e não o que eles podem ou não carregar (como algo intrínseco) de científico e/ou verdadeiro.

Foucault (1988; 1995) afirma que a verdade não pode ser entendida como única, fixa e estável, mas como verdades constantemente construídas e postuladas para certos momentos, em dados lugares, sempre em movimento; todo discurso funciona como regimes de verdade. A verdade está, pois, circularmente, ligada a sistemas de saber, que a produzem e a apóiam e, também, está relacionada a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem.

Em função disso, é impossível separar verdade e poder – por conseguinte, também é impossível separá-los dos modos de subjetivação-, pois é o poder, mais do que os fatos em si, que torna as coisas “verdadeiras”. Não se trata, pois, “de libertar a verdade de todo sistema de poder — o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder — mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona” (FOUCAULT, 1995, p.14).

Sendo assim, as relações que se estabelecem entre os sujeitos – os lugares sociais que podem ocupar - e os discursos são sempre e inevitavelmente relações de poder que circulam e se encontram disseminadas no interior das práticas discursivas. O poder “funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão” (FOUCAULT, 1995, p.183).

Nessa direção, refletir sobre a noção de ordem de discurso, na qual o sujeito se inscreve, é importante a nossa reflexão. A ordem do discurso é uma regulação que determina o uso e apropriação do discurso em uma instituição específica, em um momento histórico determinado, visto que “o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 1996, p.07). Na ordem do discurso, ganham corpo e presença as práticas discursivas, as discursivizações, a produção de verdades que têm efeitos sobre as formas de subjetivação que produzem os sujeitos.

Vale destacar que Foucault (1988) concebe a subjetividade como sendo produzida, tanto que prefere abordar a noção de formas de subjetivação, ao invés de subjetividade. Desloca a questão da subjetividade e do sujeito da problemática, puramente, da linguagem para as micro-relações sociais e políticas que normalizam os sujeitos, desloca para as relações de poder-saber. Desse modo, podemos considerar que a noção de “ser humano”, de um sujeito uno e coerente sempre foi uma construção imaginária: “os humanos nunca existiram, nunca puderam existir, nessa forma coerente e unificada” (ROSE, 2001, p.139).

Uma maneira de entender o que estamos definindo por formas de subjetivação pode ser tomada a partir do que Foucault chamou de ‘cuidado de si’. Este cuidado de si não definiria qualquer código moral, mas sim uma ética e uma forma de relacionamento consigo mesmo e com os outros (maneira pela qual o indivíduo deve se constituir como sujeito de suas ações). São práticas, discursos e procedimentos apresentados aos indivíduos para fixar suas ‘identidades’, mantê-las ou transformá-las para atender a objetivos sociais específicos. O Eu, então, é constituído no interior de práticas discursivas.

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos da composição e da recomposição de forças, práticas e relações que tentam transformar – ou operam para transformar – o ser humano em variadas formas de sujeito, em seres capazes de tomar a si próprios como os sujeitos de suas práticas e das práticas dos outros sobre eles (ROSE, 2001a, p. 143).

Essa concepção aborda o “rastro do sujeito” como marca que deixa cicatrizes no sujeito e o constituem, permitindo que ele – ilusoriamente – diga “Eu sou”. Esses rastros e traços deixados pelas diferentes formas de (se) pensar (n)o sujeito, sustentam o que hoje se diz do sujeito, dos novos/ outros processos de subjetivação. E nesse processo, uma das técnicas de conformação dos sujeitos é classificação e os efeitos de laço que essas classificações provocam.

“Façonner les Gens”

Nikolas Rose (2001a) analisa a condição contingente do sujeito perguntando-se, a partir de Foucault, como elaborar uma “genealogia da subjetivação”. O eixo de análise proposto por Rose (2001a) desloca-se da descrição das idéias de sujeito para as práticas e técnicas que atuam sobre ele - as mesmas que dizem e fazem ver como as noções de sujeito estão sendo produzidas e produzindo efeitos. Para ele, no lugar do eu, nas reflexões teóricas, proliferam novas imagens de subjetivação.

Essas imagens são consignadas por uma série de técnicas que o sujeito e a sociedade elaboram e que o ajudam a (con)formar-se, são jogos de verdade utilizados no movimento de constituição de si como sujeito (REVEL, 2005). Nesse processo, as técnicas de si produzem a subjetividade. E uma dessas tecnologias é a interação entre as pessoas e a maneira como são classificadas, descritas, nomeadas. Ao discutir as classificações, Hacking (2002) apresenta seis tipos de classificações – imbricadas entre si e historicamente construídas- que podem gerar laços de inscrição do sujeito, ‘capturar’ o indivíduo e (con)formar um Eu: a quantificação, a biologização, as classificações inacessíveis (ex: autismo – aparentemente inacessível a quem é classificado sob esse ‘nome’), as classificações administrativas (ex: níveis de sociais), a auto-apropriação e a normalização.

As classificações que fazemos dos indivíduos podem se revelar interativas, porque eles não ficam indiferentes a elas. Segundo Hacking (2002, p. 537), “o fato de aplicar uma categorização sobre os indivíduos pode afetá-los de modo direto”. Por exemplo, a consciência das crianças autistas ou das mulheres refugiadas a respeito das classificações que sob elas recaem, não precisa ser pessoal, ela pode ser partilhada e desenvolvida dentro de um grupo ligado por certas práticas e instituições, e, ainda assim, podem conformar as suas práticas discursivas.

O autor parte da hipótese de que as classificações – em suas diversas facetas e modos de funcionamento - interagem com as pessoas classificadas. Há classificações que, conforme lembra Hacking (2002), devem ser consideradas ao mesmo tempo (sob diferentes aspectos) interativas e não interativas. Esse seria o caso, por exemplo, de certas psicopatologias como a esquizofrenia, na medida em que os cientistas que as determinam estão interessados em vinculá-las a coisas que, comparadas com os seres humanos

aos quais elas se aplicam, não são conscientes (não são capazes de agir sobre descrições, ou ainda, são objetos *indiferentes*), como genes ou estados bioquímicos cerebrais. Embora tenham essa base, tais classificações, enquanto se referem, em última instância, a *peças* têm um caráter interativo intrínseco que não poderia ser eliminado.

Vale destacar que esse processo não é concebido como natural ou estático, mas historicamente constituído e sustentado por questões políticas e éticas. Com isso, Hacking (2002) se desvencilha de uma concepção essencialista de sujeito e traz contribuições concretas para problemas que nos afligem atualmente: como as classificações, investidas nos indivíduos interagem com eles e criam efeitos de laço social. Segundo ele, nós vivemos uma aceleração da quantificação, maneira que as qualidades quantificadas se mostram eficazes sobre nós, aptas a nos fazer, a mudar o que pensamos de nós e dos outros (HACKING, 2002, p. 543). Questiona, também, como um nominalismo dinâmico poderia afetar o conceito de uma pessoa individual? Frente a isso, questionamos se o gesto de designar-se e de designar a sua língua gera esses efeitos que Hacking aborda para as classificações.

Segundo esses estudos, a noção de ser humano é um artefato histórico e cultural: a pessoa é construída – discursivamente - como um EU. O discurso está na ordem das leis, há muito tempo se cuida de sua aparição, se lhe ocorrer algum poder é de nós, só de nós, que ele lhe advém (FOUCAULT, 1996, p. 07). Poder de nos designar, poder de criar laços entre as classificações e as representações sobre nós mesmos, como uma tecnologia de si. Isso será explorado no gesto interpretativo a ser desenvolvido no capítulo a seguir.

Gesto interpretativo

Retomando as reflexões de Hacking (2002, p. 555), o nominalismo dinâmico afeta o conceito de uma pessoa individual, já que afeta o que queremos ser e fazer – “conformar as pessoas” (“façonner les gens”) é modificar o espaço de possibilidade que definem a pessoa.

Nesse contexto, o nomear assinala uma filiação à qual o sujeito pertence e na qual se inscreve, “designa, sem nunca poder revelá-la, a significação

misteriosa do meu lugar próprio [em uma] filiação” (CALIGARIS, 1996, p. 90). Assinala, também, um caráter político, pois é preciso, primeiro, nomear, para então dizer algo a respeito do objeto assim designado (RAJAGOPALAN, 2003, p.82-83), e essa nomeação – aqui concebida como um gesto designativo - é sócio-historicamente marcada, portanto, tem uma direção política. Vejamos os recortes:

(RD1) Meu primeiro contato com a língua em casa com minha família, foi a língua portuguesa, mas sou descendente de italianos e por morar com minha vó que falava tudo em italiano (dialeto), sempre entendi o que ela me dizia só que nunca falar. Acredito então que minha língua materna é a língua portuguesa, tenho grande admiração por ela, tanto que estou cursando letras para poder aprender e entender melhor toda sua estrutura gramatical. (T3;p2)

(RD2) “Sou descendente de pais e avós italianos, meus bisavós vieram da Itália” (T1;p1)

(RD3) “a língua (idioma) que aprendi com meus familiares foi a língua portuguesa... Para mim... ser falante dessa língua significa fazer parte de uma comunidade, de uma sociedade, de um país. Me faz sentir brasileira.” (E1;p1)

(RD4) Na vida sempre observei que a melhor coisa em um cidadão é ter a facilidade de se comunicar na sociedade (E1;p2) (grifos nossos)

O sujeito – no RD1⁽³⁾ - afirma que a primeira língua com a qual teve contato é a língua portuguesa, “mas” logo desliza de sentido e aponta para uma outra designação: “sou descendente de italianos”. Ao dizer SOU, ele, imaginariamente, inscreve-se em uma rede de filiações, assume um lugar sócio-histórico – portanto, de relações de poder e de saber -, que o identifica, que o classifica e lhe dá um nome. Ele não é mais “alguém sem nome”, ele é “descendente de italianos”: pode se contar entre os outros e estabelecer uma pertença. Designar-se dessa maneira permite ao sujeito a inscrição em um grupo e a identificação a pares que também adotam esse “nome”. Essa mesma inscrição repete-se nos outros recortes.

A possibilidade de poder dizer-se membro de um grupo/comunidade – ainda que de forma imaginária – permite ao sujeito um sentimento de pertença, uma “sensação de aconchego” (BAUMAN, 2003, p.09), que o marca identitariamente. Entretanto, essa marca identitária é introduzida a partir de um “*mas*” – elemento lingüístico que aponta para uma contradição e disputa (logo, tensão) no discurso.

Vale notar que essa história de filiação é, então, rapidamente, subsumida pelo retorno à enunciação anterior – “Acredito então que minha língua materna é a língua portuguesa”. Por que esse movimento de sentidos?

A opção profissional justifica-se a partir de uma admiração ao que ele identifica como sendo a sua língua materna - ***tenho grande admiração por ela, tanto que estou cursando letras***. Admiração aqui leva a ***conhecer melhor*** esse objeto de desejo. Por isso, procura conhecer e entender a ***estrutura da língua***, o que revela a identificação a uma formação discursiva pedagógica, que sustenta uma concepção de ensino e de linguagem.

A língua que esse sujeito almeja como sua e que procura ensinar é uma língua que corresponde ao ideal estabelecido como oficial. Por trás da idéia de “aprender e entender melhor toda sua estrutura gramatical” que está um sujeito que julga não possuir esse saber, que deseja identificar-se a um “sujeito que sabe”: aquele que entende “melhor toda sua estrutura gramatical”. Vale ressaltar o efeito de completude e de verdade produzido pela expressão “***toda sua estrutura gramatical***” marca a identificação com uma formação discursiva que sustenta o ideal de professor associado à manutenção de um lugar de poder-saber imaginário, no qual o professor tem controle sobre seu aprendizado, o dos alunos e sobre o saber. Afeta o que o sujeito quer ***ser e fazer*** (HACKING, 2002, p. 555), tendo como base um conhecimento: da estrutura da língua.

Segundo Hacking, o conhecimento se configura na base das classificações e age sobre os sujeitos, criando efeitos de laço: modela o espaço de possibilidades que definem a pessoa. Os RDs 2, 3 e 4 (de um mesmo professor) indiciam efeitos de sentidos pertinentes nessa direção. Saber uma língua, poder dizer “é a minha língua materna”, “sou falante da língua x ou y”, inscrever-se nela, para esse professor “***significa fazer parte de uma comunidade, de uma sociedade, de um país***” (RD3). O fato – discursivamente construído – de ter a língua portuguesa como língua materna permite nomear-se “***brasileira***”. Esse nome lhe confere um espaço – vínculo a um estado - e uma posição – cidadã (RD4).

É interessante observar o movimento tensional entre esses enunciados, ilustrado pelo movimento de sentidos em RD1, vai do “mas sou descendente de italianos” ao “sempre entendi italiano (dialeto), só que nunca falar” até chegar a “poder aprender e entender melhor toda a estrutura gramatical [da língua portuguesa]”. Esses enunciados apontam para uma filiação (sou descendente de italianos), dá-se um nome, ao

qual falta algo: não aprendeu a falar a língua italiana. Além disso, falta também conhecer melhor a estrutura de sua dita língua materna. Esses enunciados são marcados pela falta, por uma identidade clivada, que busca (ainda que ilusoriamente) uma completude – o todo. A falta, aqui, reside no não-domínio de uma linguagem dita apropriada. A sua história de formação lingüística deixa rastros no discurso e sinaliza filiações do sujeito, que justificam a opção profissional - ***estou cursando letras para poder aprender e entender melhor toda sua estrutura gramatical (RD1)*** - e o seu lugar dentro de uma sociedade - ***me faz sentir brasileira (RD3)***. Essas marcas são sustentadas por uma classificação - que aparece nos recortes: “descendente de”. Um lugar é dado ao sujeito, mas um lugar deslizante, cambiante, tensional, estilhaçado.

Considerações finais

Como já referenciado, as classificações produzem efeitos de laço. Consideramos que o dar (se) um nome (designar-se) provém de um dispositivo discursivo que leva o sujeito a se inscrever em “técnicas de si”. Há um processo de discursivização das práticas que instaura verdades e constitui sujeitos. Ao dar (se) um nome, cria (se) um efeito de laço com as (possíveis) filiações estabelecidas por/para esse nome, como se, no momento de falar, de nomear, uma voz sem nome precedesse o sujeito há muito tempo: “bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios” (FOUCAULT, 1996, p. 06). Bastaria que o sujeito se alojasse nesses laços criados pela classificação ***“descendente de”***. “Habitasse” esse lugar discursivo, sempre cambiante, (re)significando-se constantemente.

Frente a isso, podemos afirmar que a construção de sujeitos, com suas identificações, é efeito de relações de poder/saber. Compreendemos a interpretação dessas relações como um jogo, um gesto de desfazer um pano, desvelar a sua tessitura. Essa trama, por sua vez, é consignada pela memória histórica de todo dizer. O sujeito (e também as práticas discursivas), atravessado por múltiplos discursos, desmancha-se em sua dispersão, divide-se, suas palavras são, também, as palavras dos outros. Qualquer prática discursiva ***é feita de tantos fios que*** os sujeitos nela envolvidos não podem se resignar ***a seguir um só fio***. A subjetivação é feita

de tantos fios, que não se podem controlar. Uma subjetividade estilhaçada que tenta – ilusoriamente – dizer ‘eu sou’.

Há uma injunção que move o sujeito, há uma voz que murmura: é preciso (se) dizer,

é preciso continuar, eu não posso continuar, é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam – estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela se abrisse (FOUCAULT, 1996, p. 06).

Notas

1 – Agradeço o apoio da FAPESP à pesquisa.

2 - Foucault (1988; 1995; 1996) emprega o termo “discurso” como produção de dizeres e de saberes.

3 – RD refere-se à noção de Recorte Discursivo; o número subsequente à sigla RD indica a ordem de apresentação do recorte no texto.

Referências

BAUMAN, Z. **Comunidade**. A busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor, 2003

CALIGARIS, C. **Hello Brasil**. São Paulo : Escuta, 1996.

DOEL, M. “Corpos sem órgãos: esquizoanálise e desconstrução”. IN: SILVA, T.T. (org.) **Nunca fomos humanos** - nos rastros do sujeito. Belo Horizonte : Autêntica, 2001.

FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. IN: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1995, p. 231-249.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 11ª ed., Rio de Janeiro : Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. 12ª ed. Rio de Janeiro : Graal, 1995.

_____. **A ordem do discurso**. 3 ed. São Paulo : Edições Loyola (Leituras Filosóficas), 1996.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso**. diálogos e

duelos. São Carlos: Claraluz, 2004.

HACKING, I. *Façonner les gens*. www.college-de-france.fr/media/phi_his/ups1957_hackingrol02 acesso em 07/09/2005.

KEHL, M. R. “Minha vida daria um romance”. IN: BARTUCCI, G. (org.) *Psicanálise, literatura e estéticas de subjetivação*. Rio de Janeiro : Imago, 2001, p.57-90.

RAJAGOPALAN, K. (2003) *Por uma lingüística crítica*: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo : Parábola Editorial, 2003.

REVEL, J. *Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos/SP : Claraluz, 2005.

ROSE, N. “Como se deve fazer a história do eu?” IN: *Educação e Realidade*. 26 (1), jan-jul., Porto Alegre, RS : UFRGS, 2001, p. 33-57.

_____. “Inventando nossos Eus”. IN: SILVA, T.T. (org.) *Nunca fomos humanos - nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte : Autêntica, 2001a.